

**86ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC
ATA 86/2024**

CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS

Data: 13/02/2025	Plataforma On-line google pelo link: meet.google.com/wiv-qsos-edc Gravação: https://www.youtube.com/watch?v=0HEzjm6ZJ7M	Horário: 14 horas
---------------------	---	----------------------

PARTICIPANTES CONSELHEIROS

Marcos Leandro Espíndula	Titular	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	P
Valdicéia Zulma Luciano Klausen	Suplente	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	P
Ludmila Castro Malta	Titular	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	F
Iara Regina Ávila Portela	Suplente	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	F
Felipe dos Passos	Titular	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	P
Ana Carolina Moreira de Oliveira	Suplente	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	A
Sílvia Cantarino Rocha dos Santos	Titular	Governamental	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	P
Bruna Roberta Wessner Longen	Suplente	Governamental	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	A
Guilherme Fernando dos Santos Papini	Titular	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	P
Leonardo Sebold Branco	Suplente	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	A
Leonardo Marcondes Machado	Titular	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	P
Juliana Lima Medeiros	Suplente	Governamental	SSP - Secretaria de	A

		ntal	Estado da Segurança Pública	
Mayara dos Santos Modolon	Titular	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	P
Mirella Ilta Machado da Silva	Suplente	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	A
Fabiana de Souza	Titular	Governamental	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	P
Katia Freitas da Silva	Suplente	Governamental	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	P
Vanessa Regina Ostrowski	Titular	Governamental	IMA - Instituto do Meio Ambiente	P
Marco Aurélio Maia Liberato	Suplente	Governamental	IMA - Instituto do Meio Ambiente	A
Maria Del Carmen Cortizo	Titular	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	P
Maria Lúcia Lemos Haygert	Suplente	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	A
Erli Aparecida Camargo	Titular	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	J
Vera Lúcia Vargas	Suplente	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	J
Nasser Haidar Barbosa	Titular	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	J
Valdete Daufemback	Suplente	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	F
Rogério Manoel Corrêa	Titular	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	J
Lucilene Binsfeld	Suplente	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	P
Cláudia Semensato Andrieux	Titular	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	F
Nalá Ayalén Sánchez Caravaca	Suplente	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	P
Ivone Maria Perassa	Titular	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	P
Jaqueline Laura da Silva Manchein	Suplente	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	A

Celina Duarte Rinaldi	Titular	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	P
Marlete Conceição Pinto de Oliveira	Suplente	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	A
Diego Lopes Costa	Titular	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	P
Matheus Henrique Guimarães Santos	Suplente	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	A
Yara Maria Moreira Hornke	Titular	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	F
Gabriela Rabello	Suplente	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	F
Rosemeri Miranda Prado	Titular	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	A
Neudi Antonio Giachini	Suplente	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	P

PARTICIPANTES CONVIDADOS

Luana Renostro Heinen	Momento de Formação - células nazistas
Josciane Locateli de Souza	Comissão de Violências
Dhieniffer Ferreira de Carvalho	Secretaria de Estado da Fazenda

Ordem do Dia:

1. Abertura;
2. Espaço de Formação sobre células nazistas;
3. Levantamento de quórum;
4. Leitura e aprovação da ordem do dia;
5. Justificativas de ausências;
6. Aprovação da Ata 85º;
7. Devolutiva das ações da plenária anterior;
8. Formação da Comissão Eleitoral da Sociedade Civil;

Momento das Comissões:

9. Comissão Permanente de Legislação e Normas (resolução para regulamentação das comissões);
10. Comissão de Soluções Fundiárias;
11. Comissão LGBTI +;
12. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos;
13. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;

14. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua (Seminário sobre programa de moradia para pop rua no Estado);
15. Comissão de Comunicação;
16. Informes Gerais/Agenda Livre. (Conferência Nacional de Direitos Humanos - prevista para 10 a 12 de dezembro).

1. Abertura;	Ivone Maria Perassa , da Associação Pastoral do Povo da Rua, Vice-presidenta do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), abriu a sessão dando as boas-vindas aos presentes e justificou a ausência da Presidenta, que não pôde comparecer devido a outros compromissos. Em seguida, a secretária do CEDH, Mônica Lipski, realizou a leitura da convocatória, dando prosseguimento à reunião.
2. Espaço de Formação com o tema células nazistas	Luana Renostro Heinen é professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ela também coordena o SOCIODIR - Núcleo de Estudos em Sociologia e Direito e o LITERAR - grupo de estudos de Direito e Literatura. Além disso, é membro do Instituto de Memória e Direitos Humanos da UFSC (IMDH/UFSC) e atualmente exerce o cargo de Secretária de Aperfeiçoamento Institucional junto ao Gabinete da Reitoria da UFSC. A apresentação da professora Luana Renostro Heinen está disponível neste link: https://www.canva.com/design/DAGfACw3FSo/NENhbhniwnkkjYlouOTSOg/edit?utm_content=DAGfACw3FSo&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton https://www.canva.com/design/DAGfACw3FSo/NENhbhniwnkkjYlouOTSOg/edit?utm_content=DAGfACw3FSo&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton. A vice-presidenta agradeceu a apresentação e alertou para a situação de Santa Catarina ser um Estado com alto índice de pessoas que buscam o neonazismo, também a carência, a falta de conhecimento acerca do tema, muito importante para o espaço de formação do Conselho.
3. Levantamento de quórum;	Feita a leitura dos conselheiros/as presentes, constatou-se desta forma, haver quórum suficiente para as deliberações.
4. Leitura e aprovação da ordem do dia;	Foi feita uma alteração na ordem do dia da reunião, e a primeira ação foi a formação da Comissão Eleitoral da Sociedade Civil - gestão 2025-2027. Essa alteração ocorreu devido à necessidade de quorum para votação e ao atraso da palestrante do momento de formação. A alteração foi aprovada.
5. Justificativas de ausências;	Erli Aparecida Camargo e Vera Lúcia Vargas - reunião regional Serra Catarinense, onde a pauta é organizar a data de 8 de Março (data internacional da mulher) com a rede regional de Economia solidária e de Direitos. Nasser Haidar Barbosa - reunião sobre o sistema prisional com o Conselho da Comunidade e com o Corregedor da execução penal em Joinville Rogério Manoel Corrêa - agenda de trabalho

6º. Aprovação da Ata 85	Aprovada
7.Devolutiva das ações da plenária anterior;	Aprovação das Ata 84 de 2024 - https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedh/plenarias/atas-14/2024-20; Espaço de Formação e Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação - Conselheiro Darcy Costa, Coordenador da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua e representante do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-SP) e Luís Bernardo Delgado Bieber, assessor técnico do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Sobre o Presídio Regional de Mafra e a Penitenciária de São Miguel do Oeste, foi deliberado por um ofício recomendando que a Portaria seja reavaliada. O conselheiro Nasser - A secretária de Conselho Mônica pediu ajuda para o conselheiro Nasser na formulação do documento - em andamento. A Presidenta mencionou que recebeu uma denúncia informando que estão havendo denúncias de assédio moral dentro dos presídios femininos. Sugeriu ouvir as vítimas e acolher as denúncias, de forma sigilosa - aguardando. Outra demanda trazida foi uma denúncia sobre a ocorrência de Agressão Policial a Cidadãos Nordestinos e Nortistas em Rio do Sul/SC, no dia 13 de outubro. Diante do fato, foi solicitado informações e providências cabíveis para presidência da ALESC e para a comissão de Direitos Humanos da ALESC - reenviado para ALESC em 04/02. A correspondência física recebida no CEDH sobre a Fiscalização nos CEJAs - região metropolitana de Joinville, foi deliberada por solicitar ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina que, na medida da possibilidade, apure o caso - Assim que o processo estiver concluído, encaminharemos um expediente ao Conselho Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina - CEDH-SC para informar a respeito. Em relação à notícia sobre o caso de racismo na Escola de Educação Básica Tenente Almáchio, na Tapera. A mãe denuncia que a filha, de apenas 10 anos, sofre há mais de 5 anos com ofensas racistas disparadas por colegas. Foi deliberado pelo encaminhamento, para conhecimento e providências que entenderem cabíveis ao CEPA, Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina. No e-mail informa: Assim que o processo estiver concluído, encaminharemos um expediente ao Conselho Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina - CEDH-SC para informar a respeito. Comissão Permanente de Legislação e Normas: Lei de Criação do Conselho - O conselheiro Nasser informou que está finalizando a Resolução que regulamenta as Comissões e que a apresentará na Plenária. O processo (SAS 5019/2024) Nova Lei do Conselho está em andamento no SGPe. Comissão de Soluções Fundiárias: A Defensoria Pública foi oficiada para informar o resultado para que o CEDH possa fazer proposições. Ofício respondido pelo Defensor Público Marcelo Scherer da Silva, Coordenador do Núcleo de Habitação, Moradia e Direito à Cidade da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, com o envio em anexo, dos seguintes documentos: a Ata da Audiência Pública

	realizada em 11 de dezembro de 2024, a cópia da Portaria do PAC n.º 01/2025, que trata do Grupo de Monitoramento da Justiça Habitacional (GMJH), bem como a ata de sua criação. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos: Encaminhar as denúncias compiladas pela senhora Josciane à Secretaria Estadual de Saúde e questionar sobre as medidas preventivas que serão adotadas. Os próximos passos incluem: a) leitura do relatório pelos membros da comissão; b) estudo e elaboração de recomendações pela comissão; c) tramitação para a Comissão de Normas para elaboração de uma Resolução com as recomendações. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação: Posteriormente, a comissão trabalhará na estruturação do plano de Direitos Humanos para o Estado, com base nas deliberações da Conferência Estadual. Informes Gerais/Agenda Livre: A presidenta informou que a Conferência Estadual de Direitos Humanos está validada, pendente apenas da definição dos Delegados por Estado. Ela solicitou que a Comissão de Políticas Públicas avalie a possibilidade de diálogo com outros Conselhos e demais atores envolvidos na garantia dos direitos humanos.
08. Formação da Comissão Eleitoral da Sociedade Civil;	A Resolução que Institui a Comissão Eleitoral da Sociedade Civil Organizada para composição do CEDH-SC gestão 2025-2027 foi aprovada. O Art. 2º estabelece que a Comissão Eleitoral será composta por 2 representantes governamentais e 2 representantes da Sociedade Civil. Os representantes governamentais foram definidos como Fabiana de Souza e Marcos Leandro Espindula, enquanto os representantes da Sociedade Civil serão definidos posteriormente. Houve um debate sobre a possibilidade de conselheiros da sociedade civil participarem da eleição e da comissão. A conselheira Celina afirmou que a Lei do CEDH não impede essa participação e que não há um Regimento Interno aprovado, enfatizando a importância de definir a questão naquela sessão devido ao tempo. A secretária Mônica também alertou para o prazo, considerando a necessidade de enviar o processo ao gabinete do governador para publicação do edital. A Resolução foi aprovada com 10 manifestações favoráveis, com a ressalva que os conselheiros/as das Organizações da Sociedade Civil que participarem da comissão, candidatos à eleição, para nova gestão (2025-2027) não fiscalizarão os documentos entregues pela entidade que representarão no CEDH. A secretária informou que providenciará a publicação da Resolução e que a comissão adotará as providências necessárias para aprovação do texto na próxima Plenária (março).
Comissões	A vice-presidenta, a pedido da presidenta, solicitou a colaboração de todos para que as comissões respondam às demandas, a fim de reduzir a demanda reprimida e realizar os encaminhamentos pertinentes. Solicitou à secretária a elaboração de um calendário com as datas das reuniões e lembretes antes da reunião.
09. Comissão Permanente de Legislação e Normas (resolução	O conselheiro Nasser justificou sua ausência, sendo que a Resolução que regulamenta as Comissões será apresentada na próxima plenária. O conselheiro Felipe, por sua vez, informou que

para regulamentação das comissões);	o processo da Nova Lei do Conselho (SAS 5019/2024) está em andamento no SGPe e que foi solicitado agilidade na tramitação. Ele também destacou que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) identificou duas ressalvas: a primeira solicita que os órgãos que compõem o CEDH na nova Lei sejam consultados, e a segunda solicita uma análise do impacto financeiro da autorização para criação de Unidade Orçamentária.
10. Comissão de Soluções Fundiárias:	A conselheira Celina Rinaldi informou que a Defensoria Pública realizou uma audiência pública sobre os desafios da moradia para a faixa 1 do CadÚnico e, conforme deliberação da última plenária (dezembro), foi oficiada. Em resposta, o Defensor Público Marcelo Scherer da Silva, Coordenador do Núcleo de Habitação, Moradia e Direito à Cidade da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, encaminhou os seguintes documentos: a ata da Audiência Pública realizada em 11 de dezembro de 2024, a cópia da Portaria do PAC n.º 01/2025, que trata do Grupo de Monitoramento da Justiça Habitacional (GMJH), bem como a ata de sua criação. Além disso, foi criado um grupo de WhatsApp: https://chat.whatsapp.com/LlpQz072IPy7RoyHYLXJuY , no qual a conselheira está participando e colocou à disposição dos demais Conselheiros, caso alguém queira participar.
11. Comissão LGBTI +;	Não houve participantes desta comissão na reunião.
12. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos	Foi solicitado à comissão que realizassem a leitura dos textos para manifestação na Plenária de 13 de fevereiro. Na reunião, foi lembrado que a plenária de dezembro deliberou o encaminhamento das denúncias intra-hospitalares, as quais foram compiladas pela senhora Josciane. O objetivo é enviar à Secretaria Estadual de Saúde questionando sobre as medidas a serem adotadas, os próximos passos são: Leitura do relatório pelos membros da comissão, estudo e elaboração de recomendações pela comissão. Tramitação para a Comissão de Normas para elaboração de uma Resolução com as recomendações. A senhora Josciane participou da reunião e ressaltou a necessidade em trabalhar com medidas preventivas sobre essas violências, principalmente para os pacientes mais vulneráveis. Outro assunto tratado foi as condições de pessoas privadas de liberdade em Itajaí. Ao que tudo indica estão recebendo tratamento desumano e degradante.
13. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;	A secretária Mônica informou que se reuniram a Presidenta, a conselheira Valdicéia e a mesma para definir o assunto da formação da Plenária para falar sobre as células nazistas. A Presidenta Erli lembrou de uma invasão no YouTube em live realizada no ano de 2020 com a região de Criciúma, na mesorregional em processo preparatório para as conferências, que ocorreu em formato online no ano de 2020, processo SST 2641/2020. Solicitou que a secretária verifique como está o processo. Em seguida, trataram sobre o Plano

	Decenal em Direitos Humanos, a presidenta Erli sugeriu que os materiais confeccionados nos encontros mesorregionais sirvam de base para a elaboração do Plano Decenal em Direitos Humanos e solicitou que a formação do GT seja realizada na plenária. Dessa forma, a secretária pediu a manifestação dos/as conselheiros/as como membros, para criação do GT, porém no momento ninguém se disponibilizou. A conselheira Lucilene informou que não pôde comparecer à reunião da comissão e sugeriu que a formação do GT fosse divulgada no grupo do Conselho no WhatsApp para que os interessados pudessem se inscrever. Ela também ressaltou a importância de mapear os Conselhos Municipais e a Rede de Apoio. A secretária Mônica esclareceu que o mapeamento abrangeria os Conselhos Municipais e a Rede de Apoio aos Direitos Humanos de Santa Catarina. Ela mencionou que, durante a reunião da comissão, a presidenta Erli afirmou ter conhecimento da existência de um CMDH apenas no Município de Balneário Camboriú e que a rede de apoio já está mapeada, provavelmente nos arquivos do Conselho ou em seus arquivos pessoais e que irá localizá-lo oportunamente. Ainda a conselheira supramencionada, sugeriu que as informações existentes sejam reunidas e que a comissão trabalhe na complementação dessas informações.
14. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua (Seminário sobre programa de moradia para pop rua no Estado);	A vice-presidenta Ivone expressou preocupação com a situação da população em situação de rua em Santa Catarina, afirmando que o estado tem adotado uma postura de higienização, repressão e exclusão. Ela destacou que os serviços oferecidos são insuficientes, o que tem deslocado a demanda para municípios vizinhos. Reiterou a importância de a comissão agendar uma reunião com a nova secretária da SAS, efetivar o Comitê e planejar o Seminário Estadual para que as informações sejam fornecidas de forma mais transparente. A secretária Mônica informou que solicitou uma reunião com a secretária em 30 de janeiro deste ano, e que seu pedido foi recebido pelo gabinete. Contudo, a reunião ainda não foi agendada e o pedido será reencaminhado. A conselheira e gerente de direitos humanos da SAS, Fabiana, lembrou que a criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua (CIAMP) está com processo em tramitação, no momento, na Secretaria da Casa Civil.
15. Comissão de Comunicação;	Não havia nenhum membro da comissão na reunião
16. Informes Gerais/Agenda Livre.	A secretária Mônica informou que por meio da Portaria nº 1.524, de 9 de dezembro de 2024, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania convocou a etapa nacional da 13ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, a ser realizada de 10 a 12 de dezembro de 2025. O tema da Conferência será "Por um sistema nacional de direitos humanos: consolidar a democracia, resistir aos retrocessos e avançar na garantia de direitos para todas as pessoas". Por enquanto somente foi emitida a portaria convocatória e o CEDH está aguardando mais orientações, inclusive na eleição para

	Delegados Nacionais, conforme já efetuada a etapa estadual, com essa pendência por falta de diretrizes até o momento. A conselheira Lucilene enfatizou que o CEDH-SC já realizou a Conferência Estadual e os delegados estaduais serão eleitos a partir do que já foi realizado.
OBSERVAÇÃO	Os(As) interessados(as) em obter informações completas da reunião podem entrar em contato com a Secretaria do CEDH-SC para acessar a gravação ou assistir ao vídeo na página do Conselho no YouTube: https://youtube.com/live/0HEzjm6ZJ7M A reunião foi encerrada por volta das 16 horas e a Ata foi lavrada pela secretária, Mônica Lipski, e assinada por ela e pela presidenta Erli.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **670TB0ZK**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ERLI APARECIDA CAMARGO (CPF: 516.XXX.329-XX) em 16/05/2025 às 15:09:42

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.

(Assinatura do sistema)



MÔNICA ALBERTI NOCÊRA LIPSKI (CPF: 038.XXX.829-XX) em 19/05/2025 às 13:54:01

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:49:37 e válido até 13/07/2118 - 14:49:37.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MTfhMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxXzY3MFRCMFpL> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **670TB0ZK** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.